



Federação da Agricultura e Pecuária
do Rio Grande do Norte

NOTA PÚBLICA

A Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte – FAERN manifesta publicamente o descontentamento com o novo Plano Nacional de Direitos Humanos, assinado pelo Presidente Lula, através do Decreto nº 7.037 em 21/12/2009.

Corroborando com o protesto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, o Decreto encara o agronegócio com preconceito, não levando em consideração a violação dos direitos fundamentais de produtores rurais, tais como direito à propriedade, a liberdade de trabalho e ao direito à segurança física. Essa visão governamental equivocada estimula a onda de invasões de terra no País, sugerindo o aumento da insegurança jurídica e fortalecendo determinadas organizações criminosas.

Criar restrições e novos pressupostos ao cumprimento de ordens judiciais que visam à tutela do direito fundamental à propriedade e condicionar o cumprimento de medidas liminares em ações de reintegração de posse à realização de ineficientes, inúteis e parciais “mediações” prévias, com objetivo de procrastinar o deferimento de ordem judicial são medidas que, na verdade, atentam contra os direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao acesso à justiça e celeridade processual.

Diversos setores da sociedade brasileira protestaram ao apontarem equívocos contemplados no Decreto, entre as quais a CNBB, Associações ligadas à Imprensa, Forças Armadas e Associações de Magistrados, mas nos impressiona nas referências que faz ao setor rural.

Qual a real intenção do Governo Federal em conceber mecanismos, de flagrante inconstitucionalidade, voltados à defesa e proteção dos movimentos de invasão de terra?

O Agronegócio foi responsável pelo saldo positivo da balança comercial em meio à recente crise internacional, mas não houve reconhecimento por parte do Governo Federal, que ainda protege invasores de terra em detrimento dos produtores rurais. Não podemos ficar calados assistindo o desenrolar de fatos tão graves que ameaçam a Democracia do nosso País.

Por fim, conclamamos toda classe política do Rio Grande do Norte e demais entidades da sociedade civil organizada, para exigirmos a retificação do Decreto por parte do Governo Federal, nos pontos destacados, com a mesma celeridade adotada aos seus projetos prioritários.

José Álvares Vieira
Presidente da FAERN